

NOMES FICCIONAIS NO REFERENCIALISMO CRÍTICO

NOMBRES DE FICCIÓN EN EL REFERENCIALISMO CRÍTICO

FICTIONAL NAMES IN CRITICAL REFERENTIALISM

Eduarda Calado Barbosa

IIF, SADAF, CONICET

Recibido: 03/11/2021

Aceptado: 29/12/2021

Resumen: Los nombres vacíos, como los nombres usados en el discurso de (y sobre) la ficción, supuestamente representan un problema especial para los llamados referencialistas semánticos, en virtud de su compromiso con la idea de que emisiones de frases con nombres propios expresan proposiciones singulares – y son, en ese sentido, *sobre individuos*. En consecuencia, los referencialistas deben aceptar la conclusión contraintuitiva de que emisiones con nombres de ficción fallan en expresar contenido. En este artículo, yo discuto de qué modo el referencialismo defendido por John Perry – también conocido como el referencialismo crítico— ofrece una solución a ese problema, al proponer una semántica pluriproposicional e incremental en la cual frases con nombres de ficción expresan un tipo de contenido que, a pesar de no-referencial, explica nuestros estados cognitivos (creencias, en particular) sobre la ficción.

Palabras-llave: Nombres Vacíos, Ficción, Contenido semántico, Referencialismo, Pluriproposicionalismo.

Abstract: Empty names, such as proper names used in fiction as well as in talking about fiction, supposedly represent a special problem to the so-called semantic referentialists because they are committed to the idea that utterances of sentences with proper names express singular propositions – being, in that sense, *about individuals*. Consequently, referentialists are forced to accept the counterintuitive conclusion that utterances with fictional names fail to express content. In this paper, I discuss how the referentialism defended by John Perry – also called critical referentialism – offers a solution to such problem by proposing an incremental and pluripropositional semantics in which sentences with fictional names express a kind of content which, though not referential, explains our cognitive states (beliefs, in particular) about fiction.

Keywords: Empty Names, Fiction, Semantic Content, Referentialism, Pluripropositionalism.

0. Introdução

Nomes ficcionais podem ser definidos como nomes próprios usados em obras de ficção, bem como nas práticas discursivas acerca de obras de ficção, como, por exemplo, a crítica literária. Um bom exemplo é ‘Elizabeth Bennet’ – nome dado pela escritora Jane Austen ao personagem principal de sua famosa novela *Orgulho e Preconceito*.

(1) Elizabeth Bennet não existe.

(2) Elizabeth Bennet é inglesa.

A conjunção de valores de verdade de (1) e (2), contudo, pareceria *prima facie* problemática já que, por um lado, (1) e (2) não podem ser verdadeiras em um mesmo sentido e ao mesmo tempo, e, por outro, um falante competente típico sabe que (1) e (2) são verdadeiras em virtude dos mesmos fatos sobre a ficção. Primeiramente porque, sendo *Orgulho e Preconceito* uma obra de ficção, a pessoa chamada 'Elizabeth Bennet' não existe, ao contrário do que a autora (ou narradora) nos convida a imaginar (ou fazer-de-conta) como fato¹ – sendo (1), então, verdadeira. Em segundo lugar, porque é possível atribuir propriedades como *ser inglesa*, *ser inteligente* e *ser uma irmã amorosa*, a Elizabeth Bennet enquanto personagem ficcional – e, por isso, (2) é intuitivamente verdadeira.

No que diz respeito ao domínio da interpretação linguística, mais especificamente, nomes ficcionais, como 'Elizabeth Bennet', trazem problemas especiais para os chamados referencialistas semânticos, dado o compromisso desses teóricos com a ideia de que enunciações de frases com nomes próprios expressam proposições singulares e são, assim, *sobre indivíduos*. O referencialismo aplicado à interpretação de enunciações de frases com nomes próprios, em particular, é construído sobre três princípios: um compromisso com a teoria causal da referência, o Millianismo, e a ideia de que enunciados com nomes próprios expressam proposições singulares². Em concordância com o Millianismo e a ideia de que frases com nomes próprios expressam proposições singulares, os referencialistas sustentam que um nome próprio designa seu referente sem a mediação de qualquer condição de identificação descritiva que o referente satisfaça de forma única. Além disso, como consequência do endossamento do Millianismo os referencialistas tomam nomes como expressões inerentemente referenciais que não podem desempenhar outras funções sintático-semânticas além de designar indivíduos³. Finalmente, no que concerne à teoria causal da referência, os referencialistas sustentarão que nomes próprios referem diretamente por meio de convenções linguísticas associadas a redes histórico-causais de correferência. Assim, por exemplo, a referência de 'Elizabeth Alexandra Mary', em uma enunciação de (3), será o indivíduo Elizabeth II.

(3) Elizabeth Alexandra Mary é rica.

O conhecimento da convenção linguística associada ao referente será suficiente para permitir que o intérprete do nome próprio em (3) selecione a Elizabeth II como seu valor semântico ocasional.

Assim, um referencialista pode explicar a interpretação de (3) com fidelidade aos três princípios mencionados acima. Porém, pareceria que ele precisaria abdicar de algum(s) dele(s) para acomodar uma explicação do valor de verdade intuitivo de (2) à sua teoria. Isso porque, dada a verdade de (1), 'Elizabeth Bennet' falha em contribuir com um indivíduo para as condições de verdade de (2), resultando em que, estranhamente, (2), apesar de intuitivamente verdadeira, não expressa um conteúdo semântico.

O pluriproposicionalismo – entendido, grosso modo, como a tese de que uma enunciação que contém um termo singular expressa mais de um conteúdo semântico – é uma opção viável para referencialistas que desejam permanecer fiéis aos seus três

1 Essa é apenas uma caracterização geral de como funciona a ficção – sobre a qual trato com mais detalhes na secção 2. O tratamento dos nomes da ficção que apresento aqui não depende de uma concepção robusta sobre o que é a ficção.

2 Este trabalho não é uma defesa do referencialismo frente a posições adversárias. O referencialismo é discutido aqui apenas em termos da oposição entre o referencialismo tradicional e o pluriproposicional. Para um overview das teorias referência, incluindo o referencialismo, ver Michaelson & Reimer 2019.

3 Ver Bach 2008.

princípios. Perry (2001), por exemplo, oferece um sistema pluriproposicionalista que tenta dar conta do conteúdo de enunciações como as de (2).

Para um caso como (2), ele argumentará que, embora a enunciação não expresse uma proposição singular, uma vez que 'Elizabeth Bennet' não refere⁴, o nome ficcional expressa um conteúdo que é sobre a informação armazenada pelo falante acerca do referente putativo (Taylor 2014) do nome 'Elizabeth Bennet'. Esse movimento permite que Perry sustente que nem todas as versões de referencialismo estão condenadas a aceitar que nomes próprios ficcionais tornam enunciações como (2) sem conteúdo.

Chamarei ao referencialismo definido pelo conjunto dos três princípios mencionados acima de *referencialismo tradicional* e o referencialismo proposto por Perry de *referencialismo crítico* (seguindo Corazza 2012). Na próxima seção, apresentarei as vantagens do referencialismo crítico como uma explicação pluriproposicionalista de nomes próprios em geral. A seção 2 será sobre as particularidades dos nomes ficcionais e as razões pelas quais sua interpretação motiva uma reorganização do pluriproposicionalismo do Referencialismo Crítico, proposto originalmente em Perry (2001).

1. O marco pluriproposicionalista e a teoria reflexivo-referencial

A ideia de que um falante pode transmitir mais de um conteúdo ao realizar uma enunciação não é nova e pode ser encontrada em autores canônicos como Grice⁵. Mesmo minimalistas como Cappelen e Lepore (2005) falam sobre atos de fala em termos de pluralismo⁶, e há uma vasta literatura sobre fenômenos como pressuposições e implicaturas, que são formas de conteúdo implícito: as primeiras, supõe-se, são convencionalmente desencadeadas e as últimas, derivadas a partir de princípios de cooperação conversacional (ver nota 5). Alguns defensores do referencialismo crítico, inclusive, tentaram enfatizar como formas de conteúdo implícito podem ser englobadas por propostas pluriproposicionalistas, tais como Vallé (2008), Corazza (2012), Autor (XX) etc.

Ora, o pluri-proposicionalismo de Perry não tem como motivação original uma preocupação com a relação entre o que é asserido e o que é implicaturado por uma enunciação, mas em defender o referencialismo frente a duas objeções: a) a objeção da

4 Em sua solução, nomes ficcionais são nomes vazios, o que significa que terminam em *blocos* no sentido de Donnellan 1970, 1974. Ver Perry 2001: 123-126.

5 Grice (1969, 1989) distingue entre o que é veiculado pelo significado da frase (*sentence meaning*) e pelo que o falante quer dizer (*speaker meaning*) em um mesmo ato comunicativo. Enquanto o primeiro componente depende unicamente do que está semanticamente codificado, o segundo dependerá de interpretação intencional. No quadro griceano tradicional, a interpretação do que o falante quer dizer dependerá, em alguns casos, da violação de máximas conversacionais de cooperação entre falantes. Neles, fala-se no que o falante quer dizer ao gerar uma *implicatura conversacional* – que difere do significado da frase. O exemplo clássico da ironia ilustra bem tais casos. Grice também discute as *implicaturas convencionais*, que, embora geradas a partir do que está semanticamente codificado na frase, não correspondem aos constituintes articulados da frase. Os exemplos mais clássicos são das implicaturas convencionais geradas pelos itens lexicais 'mas' e 'até mesmo', em frases como: "Elizabeth II é rica, *mas* solitária" ou "Até mesmo Elizabeth II anda de trem". Na primeira frase, é convencionalmente implicaturado que há uma oposição entre ser rico e ser solitário. Na segunda, que não era esperado que Elizabeth II andasse de trem.

6 C & L são defensores do *pluralismo dos atos de fala* (PAF), segundo o qual um ato de fala expressa, além da proposição expressa, um conjunto de múltiplos – potencialmente infinitos – conteúdos implicaturados (no sentido de Grice). Para C & L, enquanto uma semântica mínima pode gerar condições de verdade determinadas e estáveis, há espaço para ampla indeterminação no âmbito das intuições sobre o que é dito/asserido/declarado pelo ato de fala. O contexto terá justamente a função de resolver essa indeterminação e explicar as intuições geradas.

não-referência, mais conhecida como problema da falha referencial de termos singulares vazios, dos quais nomes da ficção, como ‘Elizabeth Bennet’, são um subgrupo⁷; e b) o problema da correferência de termos singulares – também conhecido em inglês como *same-saying problem* (“problema do dizer-o-mesmo”).

A objeção em a) corresponde ao problema de como determinar a contribuição de um termo singular vazio às condições de verdade de uma sentença bem formada, dada a falta de um referente. De acordo com a), uma frase como (2) falharia em cumprir um requisito fundamental da interpretação vero-condicional de uma enunciação: expressar uma proposição singular completa à qual se possa atribuir um valor de verdade determinado. Afinal, em um referencialismo tradicional, (2) falha em expressar uma proposição singular porque não existe um objeto referido por ‘Elizabeth Bennet’ do qual se possa predicar a propriedade de *ser inglesa*. Disso se seguiria que (2) não expressa um conteúdo. Como já vimos, esses aspectos, somados à forte intuição de que (2) expressa um conteúdo verdadeiro, gerariam uma dificuldade explicativa para o referencialismo tradicional.

A objeção b), por sua vez, busca mostrar que o referencialismo tradicional também falha em explicar a diferença entre (4), uma identidade informativa, e (5), uma identidade verdadeira *a priori*,

(4) Lilibet é Elizabeth Alexandra Mary.

(5) Lilibet é Lilibet.

já que, sendo os termos ‘Lilibet’ e ‘Elizabeth Alexandra Mary’ coreferenciais, (4) e (5) expressariam a mesma proposição singular, a saber, uma identidade verdadeira *a priori*: entre o indivíduo Elizabeth II e ele mesmo. O que Perry propõe como uma resposta a ambos os problemas é uma teoria bipartite, com um componente negativo, que compreende uma crítica à noção tradicional de conteúdo semântico, o que chamarei aqui de *crítica ao uniproposicionalismo*, e outro, positivo, a saber, a distinção reflexivo/referencial.

A crítica ao uniproposicionalismo sustenta, basicamente, que o conceito de conteúdo da tradição semântica vero-condicional é uma simplificação da noção de *o que é dito* por enunciações de frases bem-formadas. Mais especificamente, segundo Perry, o erro da tradição estaria em assumir que há um único conteúdo, cumprindo múltiplas funções explicativas na atribuição de estados cognitivos a agentes. Barwise & Perry (1983) chamam a esse “erro” da tradição de falácia de informação perdida (*the fallacy of misplaced information*). Em segundo lugar, esse conteúdo único seria também *absoluto*, em lugar de relativo às situações de fala⁸. Perry sugere que a conjunção desses fatores conduziria a limitações à hora de explicar dados como as diferenças intuitivas entre (4) e (5) e a expressividade de (2).

Kaplan (1989), um representante do referencialismo tradicional, define o conteúdo expresso por um termo diretamente referencial, dos quais são exemplos canônicos indexicais – como ‘eu’, ‘aqui’, ‘agora’ – e demonstrativos – como ‘isto’, ‘aquele’, ‘esse’ –, como uma função de seus *caráteres*, os significados convencionais das expressões-

7 De Ponte, Korta & Perry (2018) incluem casos como o de ‘Jacob Horn’ (Perry 2001) e de ‘Vulcano’ como nomes vazios – no que Perry (2001:153-172) chama de “discurso sobre a realidade” – mas os separa dos nomes ficcionais, dado que a ficção envolve regras distintas enquanto jogo de troca informacional.

8 Uma situação de fala pode ser definida, grosso modo, como uma parcialidade de mundo (possível) no qual se dá uma troca informacional. No modelo de Perry, as situações de fala carregam conteúdo informacional, que “age” incrementalmente sobre as regras linguísticas veiculadas pela enunciação. Assim, o processo de interpretação é incremental e não absoluto.

tipo⁹, para contextos de enunciação. Assim, o chamado conteúdo kaplaniano estabelece que o que é vero-condicionalmente expresso por uma frase como (6), por exemplo, corresponderá a uma propriedade do uso-em-contexto da frase-tipo.

(6) Eu sou rica (dita por Elizabeth II no contexto C1).

A enunciação de (6) expressará, assim, a proposição estruturada <Elizabeth II; ser rica>, dado que o significado convencional de ‘eu’ – algo como *o enunciador* – selecionará o indivíduo Elizabeth II como seu valor no contexto C1. À primeira vista, o modelo de Kaplan será bem-sucedido em evitar a objeção b) acima, já que a noção de caráter poderá ser recrutada para individuar os conteúdos de termos singulares correferenciais, como ‘eu’, em (6), e ‘ela’, em (7) abaixo, por exemplo,

(7) Ela é uma mulher rica. (dita por alguém que aponta para Elizabeth II em C2).

Note que, apesar de expressarem a mesma proposição singular acerca de Elizabeth II, os diferentes caracteres de ‘eu’ e ‘ela’ determinarão rotas cognitivas de acesso (*cognitive paths*) ao referente distintas¹⁰. Isso explica por que (6) e (7) podem gerar impactos cognitivos distintivos, embora sejam verdadeiras nas mesmas circunstâncias.

Porém, a noção de caráter parecerá menos diretamente promissora para explicar a diferença entre (4) e (5) acima, visto que nomes próprios não possuem caracteres kaplanianos, como os indexicais e demonstrativos. O próprio Kaplan (1990) afirma que, na semântica de um nome próprio, “caráter, conteúdo e referente colapsam em uma só coisa”. Para entender essa afirmação, é útil, primeiramente, pensar na diferença entre termos singulares que denotam por meio de regras linguísticas convencionais (como indexicais e demonstrativos) e termos singulares que referem por meio de convenções linguísticas (como nomes próprios). Perry (2001), por exemplo, concebe essa diferença a partir da noção de *modo de designação*, de acordo com a qual cada modo estipula um mecanismo específico através do qual um termo singular dá sua contribuição às condições de verdade de uma frase da qual é parte. Por exemplo, um indexical é denotativo e designa por meio da satisfação de uma condição de identificação construída na regra linguística associada à expressão-tipo, enquanto um nome próprio é referencial e designa diretamente.

Segundo Perry, pode-se afirmar, então, que indexicais e demonstrativos admitem a distinção kaplaniana entre caráter e conteúdo porque são denotativos e selecionam referentes de modo *satisfacional*¹¹, ainda que controlado por regras linguísticas convencionais para usos-em-contexto. Já os nomes próprios, que são paradigmaticamente diretamente referenciais, expressam conteúdos que correspondem aos próprios referentes, impossibilitando uma individuação do seu conteúdo a nível de regras linguísticas de uso-em-contexto (ou caráter). Por isso, Kaplan (1989) adota uma estratégia inspirada nas

9 Uma expressão-tipo (*type-expression*) carrega propriedades codificadas sintática-semânticamente por um item lexical, enquanto uma expressão-uso (*token-expression*) é sensível às especificações contextuais.

10 A metáfora da rota cognitiva ficará mais clara na seção 2, quando discutirei arquivos mentais e redes nocionais. Porém, a ideia aqui é que o caráter determina o mecanismo através do qual o referente é acessado na mente do falante.

11 A noção de satisfacional remete a condições gerais de identificação, marcando um contraste com a noção de referência direta. No caso dos indexicais essas condições de identificação são dadas pelo significado convencional.

teorias de Donnellan (1970) e Kripke (1980) para nomes próprios¹², sem desenvolver uma posição própria sobre o tema. Por fim, o modelo de Kaplan prevê que (2) expressa uma proposição incompleta que geraria intuições de valor de verdade também *gappy* em consequência (*truth-value gap intuition*)¹³.

A pesar das proximidades histórico-conceituais entre Kaplan e Perry¹⁴, é possível, então, dizer que as dificuldades e incompletudes encontradas no referencialismo tradicional do primeiro, apontadas acima, refletem as críticas levantadas pelo segundo. Afinal, a semântica de Kaplan para expressões sensíveis ao contexto é a rigor uniproposicional, ainda que sua distinção caráter/conteúdo possibilite estratégias de individuação do que é expresso: existe apenas um conteúdo expresso em contexto, mesmo que a significância cognitiva do indexical/demonstrativo possa ser explicada pelo caráter – como se vê pela comparação entre (6) e (7) acima. Além disso, o modelo de Kaplan sugere que o conteúdo de um indexical/demonstrativo – seu valor em-contexto – é “absoluto” (ver nota 8), visto que aparece definido como uma função. Para o caso dos nomes próprios, esses traços do modelo kaplaniano tornam uma explicação direta de (2) em termos de conteúdo kaplaniano ainda mais difícil.

O pluriproposicionalismo de Perry, em contrapartida, não parecerá suscetível às mesmas dificuldades. Animado pela crítica ao uniproposicionalismo, Perry irá abandonar completamente qualquer compromisso teórico com a ideia de que a toda a informação semanticamente relevante expressa por uma enunciação está contida na proposição singular por ela expressa – uma consequência da falácia da informação perdida. Ele chamará a proposição singular expressa, que contém o valor referencial do termo singular, de *conteúdo referencial*, propondo uma distinção entre esse nível de interpretação vericondicional e o nível ‘reflexivo-do-token’ (*token-reflexive*), que carregará informação sobre a própria enunciação.

De acordo com a sua posição, que ele chamará de Teoria Reflexivo-Referencial, o conteúdo referencial de uma enunciação corresponde à proposição expressa, isto é, ao conteúdo intencionado pelo falante. O conteúdo reflexivo, por sua vez, contém informação acerca das próprias convenções linguísticas associadas às palavras em uso na enunciação. Assim, enquanto o conteúdo referencial de (3), por exemplo, é dado por (P3) abaixo, seu conteúdo reflexivo será dado por (R3)¹⁵.

(P3) que **Elizabeth II** é rica.

(R3) que *o indivíduo designado pela convenção de nomeação associada a “Elizabeth Alexandra Mary” tal como usado em (3)* é rica.

Na verdade, para Perry, a noção intuitiva de conteúdo de um enunciado consiste, em termos generalistas, em um recurso interpretativo que permite a agentes/intérpretes

12 Sua posição é de que a individuação de nomes – para casos como (4) e (5) – dá-se pelo reconhecimento das distintas origens das convenções de nomeação. Afinal, a referência de um nome é determinada por fatos pré-semânticos e não semânticos. Ver Kaplan (1989, 1990).

13 As intuições de *gap* de valor de verdade podem ser motivadas por intuições de incompletude no conteúdo expresso, embora tenham sido abordadas comumente para tratar de falhas pressuposicionais ou nas condições de felicidade de enunciações (van Fintel 2004). Nos casos em questão aqui, as frases não podem ser nem verdadeiras nem falsas porque falta um constituinte proposicional.

14 A noção de reflexividade-do-token (*token-reflexivity*) adotada por Perry possui muitas aproximações com a noção de caráter de Kaplan. Ver García-Carpintero 2000.

15 A notação que usarei aqui difere da usada por Perry (2001). Na minha notação, os conteúdos do sistema pluriproposicional serão representados por (X_n), onde X será uma letra maiúscula – R , para ‘reflexivo’, P , para ‘proposicional’, I , para ‘incremental’ – e n representará o número da enunciação correspondente. Também, o conteúdo reflexivo do termo singular aparecerá em itálico, enquanto o conteúdo referencial (o referente) aparecerá em negrito – como em (P3).

classificarem estados cognitivos de acordo com os requisitos de sucesso – verdade, no caso declarações. Assim, uma enunciação de (3) *torna disponível* um sistema de conteúdos expressos que servirão a propósitos teóricos e agenciais específicos de classificação. Desse sistema, fazem parte tipicamente pelo menos (P3) e (R3). A depender, enfim, do conteúdo informacional provido pela situação na qual se dá a enunciação, o conteúdo expresso poderá ser de um tipo ou de outro.

Por exemplo, considere uma enunciação de (3) em uma situação S1, na qual a informação sobre quem é Elizabeth Alexandra Mary não está disponível – ou, nos termos de Perry, “não está fixada no contexto”. Suponha que (3) é enunciada em um intercâmbio conversacional entre uma jornalista especializada na família real da Inglaterra e uma criança com poucos conhecimentos sobre a monarquia inglesa. O conteúdo expresso pela enunciadora em S1 corresponderá a (R3), em virtude da limitação informativa da situação de enunciação.

A noção de conteúdo classificatório¹⁶ também permitirá a Perry lidar com as objeções a) e b) apresentadas no início desta subseção. Para os casos contemplados pela objeção a), o conteúdo reflexivo poderá desempenhar o papel de conteúdo expresso e nos casos contemplados pela objeção b), o conteúdo reflexivo poderá ser recrutado para explicar diferenças intuitivas entre (4) e (5). Por exemplo, o conteúdo reflexivo de (4), (R4), poderá ser usado para explicar a intuição de informatividade dessa enunciação,

(R4) que *o indivíduo designado pela convenção de nomeação associada a “Lilibet” em (4) é o mesmo que o indivíduo designado pela convenção de nomeação associada a “Elizabeth Alexandra Mary” em (4).*

já que (R4) expressa uma crença sobre o fato de que duas convenções independentes da língua inglesa estão causalmente relacionadas ao meu indivíduo nomeado.

A crítica ao uniproposicionalismo de Perry motiva, desse modo, seu conceito classificatório de conteúdo e a proposta de uma semântica pluriproposicional em termos da distinção reflexivo-referencial. Na seção 2, eu complementarei esse sistema com mais tipos de conteúdo, a partir de uma discussão acerca do lugar dos nomes da ficção nessa arquitetura interpretativa de enunciações.

2. Deixando a distinção reflexivo-referencial para trás: o caso especial dos nomes ficcionais

A presença prevalecte e a variedade de práticas de nomeação nas línguas naturais – para lugares, artefatos, pessoas, animais e objetos de estimação etc. – sinalizam que o hábito de nomear coisas serve a algum propósito forte, talvez único, na cognição e na comunicação humanas. De fato, linguistas como Anderson (2007) sustentam que a nomeação é um indicador de envolvimento humano que, geralmente, desempenha um papel antropomorfizante ou de intimidade com objetos. Desde uma perspectiva linguístico-filosófica filiada ao referencialismo, o ato de nomear um indivíduo habilita uma relação causal entre o indivíduo nomeado *qua designatum* e uma convenção da

¹⁶ De acordo com o pluriproposicionalismo, uma enunciação gera um sistema de conteúdos classificatórios. Assim, o que chamo aqui de “o conteúdo expresso” dependerá da combinação entre os propósitos classificatórios do teórico/agente e do conteúdo informacional da situação. Ele poderá ser referencial, reflexivo ou incremental (como discutirei na próxima seção). Assim, na situação S 1 o conteúdo expresso por (3) é (R3). Numa outra situação na qual o referente do nome próprio esteja fixado, o conteúdo expresso por (3) será (P3). Uma enunciação de (3), então, expressa um sistema de conteúdos classificatórios do qual fazem parte (R3) e (P3). O conteúdo informacional determinará qual dentre tais conteúdos classificatórios é o conteúdo expresso na situação.

língua. Por meio do uso de tal convenção, novos atos intencionais de referência, conectados causal-historicamente, poderão ser realizados. Assim, por exemplo, quando os pais de Elizabeth II lhe deram o apelido¹⁷ de ‘Lilibet’, etiquetaram uma nova rota de acesso cognitivo a Elizabeth II, que, assim como ‘Elizabeth Alexandra Mary’, permite a aquisição, troca e armazenamento de informação sobre ela.

Recanati (2014) afirma que nomes próprios estão associados ao que ele chama de arquivos mentais (*mental files*). A metáfora dos arquivos aqui é especialmente funcional porque ajuda a destacar a ideia de que nomes próprios operam como localizadores de espaços de armazenamento cognitivo-informacional sobre os indivíduos nomeados. Em lugar de falar sobre arquivos mentais ao tratar da mesma ideia de armazenamento informacional, contudo, Perry (2001) recorrerá ao conceito de noção (*notion*). Em seu vocabulário, ter uma noção associada a ‘Lilibet’, por exemplo, significa ter uma entrada mental onde informação sobre o indivíduo Elizabeth II pode ser acessada e armazenada. Finalmente, Taylor (2003, 2014) usará os conceitos de objectualidade ou aptidão para a referência (*fitness to refer*) para explicar a relação entre nome e referente possibilitada pelo que Perry chama de noção. E é nas teorias de nomes próprios de Perry e Taylor que eu me concentrarei para explicar o que há de especial no caso dos nomes da ficção.

De acordo com o referencialismo de Taylor (2003), um nome próprio é essencialmente um dispositivo anafórico de co-referência explícita¹⁸. Ou seja, nomes próprios possuem propriedades sintático-lexicais que determinam que cada nova ocorrência de um mesmo nome-tipo refira anaforicamente ao mesmo objeto na origem da convenção de nomeação. Nesse sentido, por exemplo, todas as ocorrências do nome ‘Lilibet’ causalmente relacionadas a Elizabeth II – por um mesmo ato inaugural de nomeação (Kripke 1980) – serão correferenciais. Essa relação de co-referencialidade entre ocorrências é global e governada por intenções referenciais interdependentes, assentadas nas práticas da comunidade linguística na qual o nome é usado.

De acordo com a teoria de Taylor, o nome ficcional ‘Elizabeth Bennet’ é um dispositivo anafórico de co-referência como qualquer outro nome próprio. De um ponto de vista lógico-gramatical, como qualquer outro nome, ele irá satisfazer às seguintes condições: i) poder ocupar um dos lados do sinal de identidade, como em (8); ii) ser argumento de verbos, como em (9); e iii) operar em inferências de substituição, como em (10) abaixo.

(8) Elizabeth Bennet é a segunda filha mais velha de Mr. Bennet.

(9) Elizabeth Bennet ama suas quatro irmãs.

(10) Se Elizabeth Bennet é a segunda filha mais velha de Mr. Bennet e a segunda filha mais velha de Mr. Bennet ama Mr. Darcy, Elizabeth Bennet ama Mr. Darcy.

Taylor usa essas características para sustentar que, do ponto de vista de uma descrição sintática, os nomes próprios comuns (não-ficcionais) e os nomes próprios ficcionais pertencem à mesma classe gramatical¹⁹. No entanto, o mais interessante de sua proposta, para os presentes fins ao menos, é o contraste marcado entre propriedades que, em suas palavras, regem as relações ‘palavra-palavra’ dos nomes próprios e aquelas que regem as

17 Dado que as diferenças convencionais entre apelidos e nomes próprios (primeiros nomes) são irrelevantes para o meu argumento, tratarei de apelidos como nomes próprios.

18 O contraste entre correferencialidade implícita e explícita pode ser entendido como um contraste entre termos acidentalmente correferenciais, como em (6) e (7) da secção anterior, e termos lexical e sintaticamente ligados correferencialmente como duas ocorrências do mesmo nome ‘Elizabeth’.

19 Nesse ponto, Taylor está recuperando a clássica discussão sobre nomes próprios genuínos e nomes próprios vazios e a fundamentação para separar a classe linguística dos nomes próprios em dois tipos. Ver Taylor 2014.

relações ‘palavra-mundo’. É das propriedades do primeiro tipo que a objetualidade ou aptidão para referir depende. Um nome próprio estará apto para referir (*fit to refer*) se puder desempenhar a função de possibilitar a aquisição, armazenamento e o compartilhamento de informação sobre um referente. Para isso, basta que o nome em questão, além de poder operar como elo em cadeias histórico-causais de correferência – como discutimos anteriormente –, satisfaça também às condições i) - iii).

Os nomes da ficção, desse modo, estariam aptos para referir – como mostram as interpretações de construções como, 2) e 8) - 10) – ainda que não refiram com sucesso. Em outros termos, nomes próprios possuem objectualidade: estabelecem uma relação representacional, garantida por propriedades sintático-lexicais (a nível de relações palavra-palavra), com seus referentes putativos (*putative referents*). Aquilo que nomes ficcionais têm de especial, então, diz respeito à sua relação, enquanto categoria, com o mundo. Afinal, os referentes dos nomes ficcionais são putativos, supostos e inexistentes. Isso significa que, embora possam operar como elos em cadeias correferências, essas cadeias não estão causalmente associadas a indivíduos em suas origens. Nos termos de Donnellan (1979), essas cadeias terminam em ‘blocos’ histórico-causais. A metáfora aqui é de que, na busca por um referente, a intérprete encontra um bloqueio que a impossibilita de mover-se adiante na recuperação do histórico de uso da palavra. Por exemplo, no caso de ‘Elizabeth Bennet’, a origem da cadeia correferência é o ato de criação de um personagem ficcional. Assim, na busca por um referente para ‘Elizabeth Bennet’, no mundo, a intérprete se deterá no ato de criação de *Orgulho e Preconceito*, um artefato, levado a cabo por Jane Austen.

Ademais, é em virtude desses fatos semânticos fundacionais²⁰ – a saber, terminar em um bloco – que o nome ‘Elizabeth Bennet’ autoriza a construção de afirmações de pelo menos três tipos. Primeiramente, ficcionais, ou seja, afirmações feitas pela própria autora da obra, como (11). Em segundo lugar, afirmações paraficcionais, como (2) da secção 1 ou (12) abaixo, que expressam fatos *sobre a* ficção. Em terceiro lugar, afirmações metaficcionais, que expressam fatos sobre a ficção enquanto ficção, como (13)²¹.

(11) Quando Jane e Elizabeth estavam sozinhas, a primeira, que antes havia sido cautelosa em seus elogios ao Sr. Bingley, expressou à irmã o quanto ela o admirava.

(12) Elizabeth Bennett tem quatro irmãs.

(13) Elizabeth é apresentada como um personagem de caráter forte.

Esses aspectos são comentados por De Ponte, Korta & Perry (2018), ao explicarem que atos de criação ficcional de personagens estabelecem o que eles chamam de *redes-nocionais*: redes de correferência apoiadas por noções e que são essas redes-nocionais que tornam (2) e (12) expressões de pensamentos completos e intuitivamente verdadeiros.

Qualquer nome próprio comum (referencial ou vazio), como ‘Caio Júlio César’ ou ‘Vulcano’ podem tornar-se ficcional, se for usado em afirmações ficcionais. E, então, explorando o que nós chamamos de uma nome-rede-nocional de correferência, usamos tais nomes em afirmações sobre eventos na obra de ficção, ou seja, ao produzir afirmações paraficcionais. (p. 392) (tradução nossa)

20 No sentido usado por Stalnaker (1997): ser acerca dos fatos que dão as expressões os valores semânticos que elas têm. A oposição aqui é com fatos semânticos descritivos, que tem a ver com a atribuição de valores a (usos) dessas expressões.

21 Ver Orlando 2020 para mais sobre o discurso acerca da ficção.

Na próxima e última subsecção, tratarei de apresentar dois pontos correlacionados: primeiramente, que nomes ficcionais expressam conteúdos sobre a ficção à qual os nomes e suas redes-nocionais pertencem, e, em seguida, que esses conteúdos, que não são nem do tipo referencial nem do tipo reflexivo, demandam uma reconfiguração do pluriproposicionalismo da Teoria Reflexivo-referencial.

2.1. O conteúdo incremental sobre redes-nocionais

Seguindo os passos de Donnellan, Perry (2001: 124) divide o problema dos nomes vazios em dois: nomes vazios no discurso sobre a realidade e nomes vazios no discurso ficcional. Ele assumirá que nomes ficcionais são criados no seio de jogos informacionais especiais, nos quais as práticas de nomeação se desgarram dos usos típicos de nomes e redes-nocionais. De fato, para Perry, na “lógica da ficção”, o compromisso com pressupostos lógico-metafísicos do discurso acerca da realidade, como o terceiro excluído, a não-contradição, a objetividade ou o realismo²², são abandonados em função da *impossibilidade* de interação direta com os referentes. Em consequência, abandona-se também qualquer expectativa de definição da verdade ou falsidade de afirmações ficcionais ou paraficcionais em termos de parâmetros externos aos cânones artísticos (literários, no caso de (2) e (12)). As afirmações paraficcionais seriam, então, precisas ou imprecisas (*accurate*) com relação a um cânone em lugar de verdadeiras ou falsas (Perry 2001: 124)²³. Além disso, Perry pondera que:

Para lidar com a semântica da ficção precisamos de mais do que uma explicação dos nomes vazios que permite que as afirmações que os contêm tenham significado e conteúdo. Também precisamos distinguir entre diferentes padrões de correção e reconhecer os tipos de atitude que acompanham a ficção. (Perry 2001: 170) (tradução nossa)²⁴

Sua preocupação central com relação à ficção, assim, não parece ser semântica em um sentido restritivo da palavra, isto é, não diz respeito somente aos significados e/ou valores de verdade de afirmações ficcionais ou paraficcionais, como (2) e (12), mas

22 Sobre isso, Perry (2001:143) afirma:

Quando nós nos vemos tratando de objetos reais, nós tratamos nossos arquivos [mentais] de maneiras que refletem princípios metafísicos básicos sobre objetos. Nós nos esforçamos para mantermos nossos arquivos autoconsistentes, refletindo o fato de que objetos não podem ter e não ter uma certa propriedade (não-contradição). Nós esperamos que dadas propriedade apropriada ϕ , haverá uma resposta para a questão de se um objeto tem ϕ (terceiro excluído). Nós estabelecemos uma distinção entre o que as pessoas pensam e dizem sobre um objeto e os fatos (realismo). E pensamos que uma proposição verdadeira sobre um objeto será verdadeira não importa o que pensemos ou afirmemos sobre ele (objetividade). (tradução nossa)

23 É importante ressaltar, contudo, que *intuições* de valor de verdade tipicamente não são sensíveis a diferença entre verdade – no sentido possível no “discurso sobre a realidade” – e precisão (*accuracy*). Parece plausível supor, então, que um falante “ingênuo” só marcará uma diferença entre sua avaliação de (2) e de (3), por exemplo, como verdadeiras se perguntado especificamente. Assim, quando afirmo que enunciações de (1) e (2) são intuitivamente verdadeiras, o que essas intuições captam é a precisão das afirmações de acordo com cânones. Eu concedo, no entanto, que (2) pode ser entendida como verdadeira e não apenas precisa, já que a interação com o cânone (enquanto objeto real) é possível. Esse não parece ser o sentido captado pelas intuições de valor de verdade associadas a (1) e (2) na narrativa referencialista, porém, que tem a ver com uma pessoa imaginada.

24 A breve teoria da ficção apresentada em Perry (2001) – pertencente à família das teorias do faz-de-conta (*pretense theories of fiction*) – é bastante derivativa daquela proposta por Walton 1990.

também busca explicar como aquilo que é expresso por essas enunciações representa estados cognitivos, como crenças, sobre a ficção²⁵.

Segundo esclarece, as crenças sobre a ficção não serão crenças per se, mas estados similares à crença (*belief-like*), as chamadas *p-beliefs* ou *crenças-s*²⁶. Crenças desse tipo explicariam tanto nosso engajamento emocional com aspectos das narrativas ficcionais quanto nossas intuições de valor de verdade para o discurso paraficcional. Por exemplo, é por termos *crenças-s*, como aquela expressa por (14) abaixo, que, de acordo com Perry, sentimos alívio (uma resposta emocional) quando Elizabeth Bennet recusa o pedido de casamento de Mr. Collins.

(14) Elizabeth Bennet jamais se apaixonaria por alguém como Mr. Collins.

No entanto, para dar conta dos conteúdos das *crenças-s*, Perry precisará deixar de lado a distinção reflexivo-referencial em favor do que chama de uma *distinção reflexivo-incremental*. Lembremos que o referencialismo crítico pluriproposicional prevê que o conteúdo expresso de uma enunciação é dado pela combinação entre seu conteúdo linguístico – que corresponde aos significados convencionais das palavras constituintes, combinadas composicionalmente (*o que está semanticamente codificado*) – e o conteúdo informacional da situação de fala – o conjunto de informações fixadas no contexto. Nesse sentido, a determinação do conteúdo expresso de um nome próprio é realizada pelo “carregamento” (*loading*) de informação nas regras reflexivas da convenção de nomeação (ou conteúdo reflexivo). Assim, no exemplo de (3) em S1 (“Elizabeth Alexandra Mary é rica”, sem que o referente esteja fixado), o conteúdo expresso será (R3), uma vez que o conteúdo informacional da situação não permite o “carregamento” necessário para que (3) expresse um conteúdo do tipo referencial. Isso porque o referente de ‘Elizabeth Alexandra Mary’ não é um fato fixado na situação de fala. Em casos como (3) em S1, então, há uma disparidade entre o conteúdo da crença e o conteúdo da enunciação, que se manifesta em uma diferença de *sobrecidade* (*aboutness*): enquanto a crença expressa por (3) é *sobre o indivíduo* Elizabeth II, o conteúdo da enunciação em S1, ou seja (R3), será *sobre a própria enunciação* de (3). Ainda assim, o conteúdo reflexivo explicará a possibilidade de interpretação de (3) porque ‘Elizabeth Alexandra Mary’, em S1, é um nome próprio *ocasionalmente* vazio. A pergunta que se apresenta neste ponto é, então: a noção de reflexividade pode servir também para explicar as *crenças-s* expressas por enunciações que contêm nomes vazios ficcionais, tendo-se em mente que os conteúdos reflexivos dessas enunciações serão sobre as enunciações elas mesmas e não sobre os referentes putativos das *crenças-s* (violando, assim, a *sobrecidade* da *crença-s*)?

A teoria de Perry nos permitirá duas respostas distintas. Primeiramente que sim: para os casos nos quais não está fixado quem o referente de ‘Elizabeth Bennet’ é, (R2) servirá para explicar a interpretação de (2) – evitando, desse modo, a objeção da não-referência,

(R2) que *o indivíduo designado pela convenção de nomeação associada a ‘Elizabeth Bennet’ tal como usado em (2) é inglesa.*

Porém, mesmo quando a convenção de nomeação e todos os outros fatos necessários para a determinação da referência estiverem fixados na situação de fala, (R2) *não* poderá ser o conteúdo da *crença-s* expressa por (2) pelo simples fato de que ‘Elizabeth Bennet’ é o nome de um objeto inexistente – e pertencente à “lógica da ficção”, mencionada

25 Ou seja, em certa medida, seu interesse pela semântica da ficção reflete uma restrição cognitiva sobre a semântica (*cognitive constraint on semantics*) (Perry 2001: 3-8).

26 Ver Perry 2001:171-172.

acima. Diante desse cenário, Perry estipula que o conteúdo expresso de (2) – quando tudo o que é necessário para a interpretação está fixado – será do tipo *incremental*: informacionalmente “carregado” ao nível máximo possível de especificidade semântica sobre o referente putativo, mas sem conter um referente como constituinte²⁷. No caso de (2), esse conteúdo seria (I2): *sobre a ficção* da qual faz parte a rede-nocional que apoia os usos de ‘Elizabeth Bennet’²⁸

(I2) que a afirmação que associa a ideia de ser uma inglesa à noção ligada ao nome ‘Elizabeth Bennet’ é apoiada pelas fontes canônicas que contêm a convenção que governa o uso de ‘Elizabeth Bennet’.

Segundo Perry (2001:172), (I2) preserva a *sobrecidade* da *crença-s* expressa por (2), já que tal crença é, em última instância, *sobre um cânone literário e as redes-nocionais que ele apoia*. Afinal, no jogo informacional da ficção, o pressuposto lógico-metafísico do realismo não está operante e as expectativas sobre interação direta com referentes estarão suspensas (ver nota 22), de modo que a *sobrecidade* do conteúdo das *crença-s* só poderá ser o próprio cânone – e não o mundo.

Agora, se voltarmos brevemente ao problema com o qual comecei este artigo, a saber, o da conjunção de valores de verdade de (1) e (2), terminamos com uma solução pluriproposicional que apela para mais de um tipo de conteúdo. Isso porque, embora o valor de verdade intuitivo de (2) possa ser explicado por (I2), para (1), precisaremos de um conteúdo incremental sobre a própria rede-nocional, como (N1) abaixo²⁹,

(N1) que a rede-nocional ligada ao nome ‘Elizabeth Bennet’ tem a origem bloqueada.

Note que (N1) é *sobre a rede-nocional* associada a ‘Elizabeth Bennet’ e explica por que (1) é intuitivamente verdadeira. Note também que (N1), embora seja sobre a rede-nocional apoiada pelo cânone de *Orgulho e Preconceito*, não será propriamente *sobre o cânone*, como (I2). (N1) é, em última instância, sobre a falta de um referente para ‘Elizabeth Bennet’ no “discurso sobre a realidade”. Feitas essas ressalvas, acredito, contudo, que a solução pluriproposicional para a conjunção dos valores de verdade intuitivos de (1) e (2), em termos de fatos fixados em contexto sobre o cânone ao qual pertence a rede-nocional na qual se sustenta o discurso sobre Elizabeth Bennet e sobre a rede-nocional ela mesma, embora recorra a tipos distintos de conteúdos vero-

27De acordo com Perry (1988, 1997), as proposições singulares representam o mais alto nível de especificidade semântica de frases com termos singulares, porque, nelas, estão carregados todos os aspectos espaço-temporais e intencionais que são relevantes para a interpretação semântica, sem deixar espaço para ambiguidade ou incompletudes. Desse modo, o modelo incremental de semântica de Perry admite um conteúdo vero-condicional altamente carregado de informação que, no entanto, não equivale a uma proposição singular *sobre um indivíduo*.

28 De Ponte et al (2018: 394) propõem, posteriormente, que o conteúdo de uma enunciação paraficcional pode ser parafraseado em termos de três condições: de existência, de referência e de satisfação, em a.-c. abaixo. Trata-se de uma proposta teórica compatível com o pluriproposicionalismo original do referencialismo crítico, mas com motivações e recortes conceituais distintos dos que são abordados aqui.

a. Condição existencial: que a noção N_c para ‘Elizabeth Bennet’ existe.

b. Condição de referência: que o uso de ‘Elizabeth Bennet’ em (2) explora N_c e que N_c não tem origem.

c. Condição de satisfação: que a noção ligada a Elizabeth Bennet contém a ideia de ser uma inglesa.

29 Perry (2001: 149-150) sugere referir-se a esse conteúdo como conteúdo de rede (*network content*), por isso, na minha notação, ele será representado por (N_x).

condicionais, é válida e mais adequada que a solução uniproposicional do referencialismo tradicional.

3. Conclusão

De acordo com o referencialismo crítico, então, a posição referencialista precisa de conteúdos *sobre cânones e redes-nocionais* para explicar nossas intuições semânticas acerca da ficção, de modo cognitivamente adequado – mais especificamente envolvendo o discurso ficcional e paraficcional. A suposição subjacente, desse modo, é de que uma semântica incremental e com espaço para relatividade situacional é mais vantajosa do que a posição tradicionalmente defendida. Isso porque o pluriproposicionalismo resultante, orientado por uma concepção classificatória de conteúdo, nos dá conteúdos semânticos possíveis (reflexivo, referencial, incremental), mesmo diante da impossibilidade de interação direta com um referente.

Esse passo reflete algo que o próprio Perry (2001) observa e que subjaz à visão de Taylor (2003, 2014): nossas práticas de nomeação são tão variadas que nem sempre as regras para a determinação da referência valerão do mesmo modo. Basta pensar, por exemplo, nos objetos hipotéticos, nos objetos que já não existem, nos falsos objetos empíricos – como Jacob Horn (nota 7) –, e nos objetos futuros (pessoas, lugares etc., que ainda não existem, mas que fazem parte de planos e especulações) dos quais podemos falar. É natural, então, que nem o referencialismo tradicional nem o próprio referencialismo crítico tenham um quadro completo e conciso para lidar com as variações nas regras do jogo informacional de fazer-referência por meio da nomeação.

Referências

- Anderson, J. M. (2007). *The grammar of names*. Oxford University Press.
- Bach, K. (2008) On referring and not referring. *Reference: Interdisciplinary perspectives*. Gundel, J and Hedberg, N. (eds). Oxford: Oxford:13-58.
- Barwise, J., & Perry, J. (1981). Situations and attitudes. *The Journal of Philosophy*, 78 (11): 668-691.
- Cappelen, H. & Lepore, E. (2005) *Insensitive Semantics: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Corazza, E. (2012) "Same-Saying, Pluri-Propositionalism, and Implicatures." *Mind & Language* 27 (5): 546-569.
- De Ponte, M., Korta, K., & Perry, J. (2020). Truth without reference: The use of fictional names. *Topoi*, 39(2): 389-399.
- Donnellan, K. (1970) Proper Names and Identifying Descriptions. *Synthese* 21: 335-358.
- Donnellan, K. (1974) Speaking of Nothing. *Philosophical Review* LXXXIII: 3-31.
- García-Carpintero, M. (2000). Token-reflexivity and indirect discourse. In *The Proceedings of the Twentieth World Congress of Philosophy*. 6: 37-56.
- Grice, H. P. (1969). Utterer's meaning and intention." *The philosophical review*, 78 (2): 147-177.

- Grice, H. P. (1989) *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kaplan, D. (1989) Demonstratives. Almog, J. Perry, J. and Wettstein, H (eds.), *Themes from Kaplan*, Oxford University Press.
- Kaplan, D. (1990). Words. *Proceedings of the Aristotelian society, supplementary volumes* 64: 93-119.
- Kripke, S. A. (1980) Naming and necessity. *Semantics of natural language*. Springer Netherlands: 253-355.
- Korta, K, and Perry, J. *Critical pragmatics: An inquiry into reference and communication*. Cambridge University Press, 2010.
- Michaelson, E. & Reimer, M. (2019). "Reference". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2019 Edition). Zalta. E.N. (ed.) URL=<https://plato.stanford.edu/entries/reference/>.
- Orlando, E. (2021) Nombres de ficción, archivos mentales y actos de habla declarativos. *Perspectiva Filosófica* 48(1): 165-186.
- Perry, J. (1988) Symposium papers, comments, and an abstract: Cognitive significance and new theories of reference. *Noûs*, 22 (1): pp. 1-18.
- Perry, J. (1997) Reflexivity, indexicality and names. Kunne, W., Newen, A. & Anduschus, M. (eds), *Direct Reference, Indexicality, and propositional attitudes*, CSLI Publications, Stanford, CA: 3-20.
- Perry, J. (2001) Reference and reflexivity. Stanford: CSLI.
- Recanati, F (2014). Mental Files and Identity. Reboul, A. (ed.) *Mind, Values, and Metaphysics*. Springer, Cham: 467-486.
- Stalnaker, R. (1997). Reference and necessity. *A Companion to the Philosophy of Language*: 534-554.
- Taylor, K. (2003) *Reference and the rational mind*, Palo Alto, Cali.: CSLI Publications.
- Taylor, K. (2014) The Things We Do With Empty Names: Objectual Representations, Non-Veridical Language Games, and Truth Similitude. García-Carpintero, M & Martí, G. (eds) *Empty Representations: Reference and Non-Existence*: 183-214.
- Vallée, R. 2008: Conventional implicatures revisited. *Journal of Pragmatics*, 40: 407–30.
- Von Stechow, P. (2004). Would you believe it? The King of France is back! (Presuppositions and truth-value intuitions). Reimer, M., & Bezuidenhout, A. (Eds.). (2004). *Descriptions and beyond*. Clarendon Press: 269-296.
- Walton, K L. (1990) *Mimesis as make-believe: On the foundations of the representational arts*. Harvard University Press.